Demonstrações Contábeis

Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A.

31 de dezembro de 2021 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	<i>'</i>
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	
Votas explicativas às demonstrações contábeis	



Centro Empresarial Iguatemi Av. Washington Soares, 55 5° andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó 60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil

Tel: +55 85 3392-5600 Fax: +55 85 3392-5659 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Acqio Adquirência Instituição de Pagamentos S.A.** São Paulo - SP.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 05 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Henrique Piereck de Sá Contador CRC PE023398/O-3

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.510	8.501
Transações a receber dos emissores	5	133.680	104.952
Tributos a recuperar		126	-
Outros créditos	6	249	134
Total do ativo circulante		138.565	113.587
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	4	6.369	6.018
Outros créditos	6	575	535
Imobilizado		9	11
Intangível	7 _	1.180	257
Total do ativo não circulante	_	8.133	6.821
Total do ativo	=	146.698	120.408
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	922	1.061
Empréstimos	9	121.335	97.015
Contas a pagar a subadquirentes	10	11.910	10.995
Obrigações sociais e trabalhistas		252	202
Tributos a recolher	_	173	119
Total do passivo circulante		134.592	109.392
Não circulante			
Partes relacionadas	11	473	455
Total do passivo não circulante		473	455
Patrimônio líquido	12		
Capital social	· -	21.929	21.929
Prejuízos acumulados		(10.296)	(11.368)
Total do patrimônio líquido		11.633	10.561
Total do passivo e do patrimônio líquido	=	146.698	120.408

Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação, expresso em reais)

	Notas	2021	2020
Receitas Custo dos serviços prestados	13 14	23.812 (5.346)	11.227 (8.799)
Lucro bruto		18.466	2.428
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	14	(428)	(726)
Despesas gerais e administrativas	14	(8.756)	(3.447)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14	920	(290)
	_	(8.264)	(4.463)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		10.202	(2.035)
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		166	281
Despesas financeiras		(9.083)	(2.266)
		(8.917)	(1.985)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		1.285	(4.020)
Imposto de renda e contribuição social		(213)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	_	1.072	(4.020)
Quantidade de ações Lucro (prejuízo) por ação	12	21.929.153 0,04	21.929.153 (0,18)

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício	1.072	(4.020)
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	1.072	(4.020)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.000	(7.348)	(5.348)
Aumento de capital social Prejuízo do exercício	11 (a)	19.929	- (4.020)	19.929 (4.020)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	21.929	(11.368)	10.561
Lucro líquido do exercício		-	1.072	1.072
Saldos em 31 de dezembro de 2021	=	21.929	(10.296)	11.633

Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.285	(4.020)
Juros e variações monetárias, líquidas	-	331
Variação de títulos e valores mobiliários	239	1.305
Custo de captação de empréstimos	8.727	4.697
Depreciação e amortização	122	8
	10.373	2.321
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Transações a receber dos emissores	(28.728)	(104.280)
Tributos a recuperar	(126)	82
Outros créditos	(155)	(223)
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Fornecedores	(139)	526
Contas a pagar a subadquirentes	915	10.327
Obrigações trabalhistas	50	(73)
Tributos a recolher	(14)	(1 ⁴⁶)
Partes relacionadas	`1 8	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(17.806)	(91.466)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(145)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(17.951)	(91.466)
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(590)	(3.437)
Aquisição de imobilizado	(390)	(3.437)
Aquisição de intangível	(1.043)	(261)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.633)	(3.709)
ound inquido apriodas não atividados do invostinionico	(1.000)	(0.700)
Atividades de financiamento		
Aumento do capital social		19.929
Captação de empréstimos	15.593	92.086
Amortização de empréstimo com partes relacionadas		(8.503)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	15.593	103.512
Acréscimo (decréscimo) do caixa e equivalentes de caixa	(3.991)	8.337
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	8.501	164
No fim do exercício	4.510	8.501
Acréscimo (decréscimo) do caixa e equivalentes de caixa	(3.991)	8.337

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Acqio Adquirência Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e constituída em 19 de março de 2019. A Companhia tem como objeto social (i) a exploração da atividade de instituição de pagamento credenciadora que, nos termos da Lei nº 12.865/2013 e da Resolução BCB nº 80, de 25 de março de 2021, consiste em (a) habilitar recebedores para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição financeira participante de um mesmo arranjo de pagamento e (b) participar do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor, de acordo com as regras do arranjo de pagamento; (ii) administração dos pagamentos e recebimentos à rede de credenciados, mediante captura, transmissão, processamento de dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito, bem como com outros meios eletrônicos de pagamento; (iii) prestação de serviços de tecnologia na área de meios eletrônicos de pagamento; e (iv) aquisição de direitos creditórios.

Em 11 de agosto de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram a alteração da denominação social da Companhia de Aqcio Adquirência S.A. para Aqcio Adquirência Instituição de Pagamento S.A..

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e média empresas (NBC TG 1000 (R1)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

Essas demonstrações contábeis estão sendo preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados ativos e passivos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de elaboração--Continuação

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o Pronunciamento Técnico NBC TG 1000 (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 2.10.

O exercício social da Companhia compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Em 15 de dezembro de 2020, a Companhia protocolou pedido de autorização para operar segundo o regulamento estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e o processo encontra-se em análise até a data da publicação dessas demonstrações contábeis. Portanto, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução da administração em 05 de abril de 2021.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e sua controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e serviços.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Reconhecimento de receita--Continuação

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos serviços e mercadorias oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os tributos, retornos e subsídios, descontos comerciais e descontos por volume.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estão atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que estão atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receita de adquirência (captura de transações)

A receita de serviços é reconhecida com base no controle mensal dos serviços prestados aos respectivos estabelecimentos comerciais. A receita é medida com base no *Total Payment Value* (TPV) por estabelecimento comercial. As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são reconhecidas ao resultado no momento da aprovação da compra pela instituição financeira. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

Receita de antecipação

A receita de antecipação é reconhecida com base no controle mensal das antecipações executadas aos respectivos estabelecimentos comerciais. A receita é auferida conforme taxa de deságio negociada e aplicada junto aos estabelecimentos comerciais. A receita é decorrente da solicitação dos estabelecimentos comerciais de antecipação de pagamento do seu saldo a receber junto a companhia de acordo com as transações capturadas que, por sua vez, possuem prazos prefixados.

Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e sua controlada e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Tributação

Impostos sobre vendas e prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Alíquota
Receitas de antecipação de recebíveis e demais receitas financeiras	
Programa de integração social (PIS)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4,00%
Demais receitas operacionais	
Programa de integração social (PIS)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Imposto sobre serviço (ISS)	2,00%

As receitas estão apresentadas líquidas destes encargos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os quais são contabilizados pelo regime de competência, estão apresentados na demonstração do resultado e foram calculados, conforme legislação em vigor, sobre os lucros tributáveis apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, tendo por base o regime do "lucro real".

2.5. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Classificação e mensuração--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem. Os principais ativos financeiros com essa classificação são o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os principais empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as Transações a receber dos emissores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Impairment de ativos financeiros

A administração avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a administração pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Classificação e mensuração

A administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos dessa categoria são classificados como passivos não circulantes quando liquidados após 12 meses. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O principal passivo com essa classificação são os fornecedores e empréstimos.

(iv) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes a caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os equivalentes de caixa da Companhia e sua controlada referem-se, substancialmente, a recursos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia. Os ativos e passivos são convertidos (quando existentes em moeda diversa) para o Real.

2.7. Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente, e quando houver evidência, a Companhia e sua controlada revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado

2.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.10. <u>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos</u>

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

2.11. Novos pronunciamentos contábeis

Não há normas ou interpretações que entraram em vigor em 2021 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários Em moeda nacional Em moeda estrangeira	4.273 237	8.438 63
	4.510	8.501

4. Títulos e valores mobiliários

Instituição financeira	Tipo de aplicação	2021	2020
CM Capital Markets DTVM	Fundo de investimento – FIDC	6.369	6.018
		6.369	6.018

Os valores correspondem a saldo de aplicação financeira no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC. O FIDC tem como objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do fundo preponderantemente na aquisição de direitos creditórios originados no contexto da realização de operações de pagamento no "Sistema Acqio". Em caráter complementar, a valorização das cotas será buscada mediante a aplicação em ativos financeiros conforme definido no regulamento do fundo.

Em 2021 os rendimentos das cotas sênior, mezanino e subordinada foram 6,43%, 7,00% e - 5,87% respectivamente (2020: 3,71%, 4,27% e -18,78%, respectivamente).

5. Transações a receber dos emissores

	2021	2020
Transações a receber dos emissores	133.680	104.952
	133.680	104.952

A abertura pelos principais credores é a seguinte:

	2021	2020
MasterCard	85.668	58.537
Elo	6.861	6.354
Visa	41.150	40.061
	133.680	104.952
	·	

Em 31 de dezembro de 2021, não existem saldos de transações a receber dos emissores vencidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Transações a receber dos emissores--Continuação

A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por idade de vencimento:

	2021	2020
A vencer		
Entre 1 e 30 dias	71.344	67.033
Entre 31 e 60 dias	17.162	10.439
Entre 61 e 90 dias	11.414	6.943
Acima de 90 dias	33.760	20.535
	133.680	104.957

Ajuste a valor presente

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração concluiu que não possui nenhuma operação de transações a receber dos emissores de clientes que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

6. Outros créditos

	2021	2020
Garantia MasterCard (a)	575	535
Outros	250	134
	825	669
Circulante	250	134
Não circulante	575	535

⁽a) Referem-se a depósitos para garantir as obrigações da Companhia perante a bandeira MasterCard.

7. Intangível

			2021		2020
Descrição	Taxas de amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em uso Direito a uso de software	20%	1.308	(128)	1.180	257
		1.308	(128)	1.180	257

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível--Continuação

A movimentação do ativo intangível encontra-se demonstrada a seguir:

	Saldo em	Movimentação		aldo em Movimentação Sa	Saldo em
Descrição	2020	Adições	Amortização	2021	
Intangível em uso Direito a uso de software	257	1.043	(120)	1.180	
	257	1.043	(120)	1.180	

8. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais	922	1.061
	922	1.061

Ajuste a valor presente

Em 31 de dezembro de 2021, a administração concluiu que não possui nenhuma operação de contas a pagar a fornecedores que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

9. Empréstimos

	2021	2020
CM Capital Markets DTVM	121.335	97.105
	121.335	97.105

O saldo de empréstimos refere-se às antecipações efetuadas junto ao FIDC (Nota 4) e está garantido por alienação fiduciária dos próprios títulos antecipados os quais deram origem ao empréstimo. Estes valores serão liquidados dentro do próximo exercício e, portanto, estão integralmente classificados no passivo circulante.

A movimentação do empréstimo é a seguinte:

	2021	2020
Saldo inicial	97.015	221
Antecipações	33.047	101.491
Encargos de antecipações	(8.727)	(4.697)
Saldo final	121.335	97.015

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Contas a pagar a subadquirentes

	2021	2020
Contas a pagar a subadquirentes Partes relacionadas – Esfera 5 Outros	10.158 1.752	9.530 1.465
	11.910	10.995

Ajuste a valor presente

Em 31 de dezembro de 2021, a administração concluiu que não possui nenhuma operação de contas a pagar a fornecedores que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

11. Partes relacionadas

A Companhia possui os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2021	2020
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Acqio Holding Participações S.A. (a)	<u> </u>	455
		455
Contas a pagar com partes relacionadas		
Esfera 5 Tecnologia e Pagamentos S.A. (b)	473	
ζ ,	473	
Demonstração do resultado Despesas financeiras		
Acqio Holding Participações S.A. (c)	-	(118)
	-	(118)

⁽a) Refere-se a recurso recebido da controladora para futura integralização ao capital social da Companhia, os quais foram devolvidos à controladora no decorrer de 2021.

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia

A administração da Companhia é realizada pela diretoria da controladora Acqio Holding Participações S.A., sem repasse dos custos relacionados. A Companhia não concede aos seus administradores remuneração baseada em ações, benefícios pós emprego ou benefícios de rescisão contratual, além dos previstos na legislação brasileira.

⁽b) Refere-se a contrato de serviços compartilhados (repasse de despesa com pessoal) firmado entre a Companhia e a parte relacionada Esfera 5.

⁽c) Refere-se a contratos de mútuos firmados entre a Companhia e a controladora Acqio Holding Participações S.A, acrescidos de juros de 0,531% a.m. e com prazo de vencimento em 2021.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social é de R\$ 21.929, totalmente subscrito e integralizado e representado por 21.929.153 ações ordinárias, com direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	2021	2020
Acqio Holding Financeira Ltda.	21.929.152	-
Acqio Holding Participações S.A.	1	21.929.153
	21.929.153	21.929.153

Em 27 de agosto de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram a constituição da empresa Acqio Holding Financeira Ltda. e subscreveram e integralizado como seu capital social 21.929.152 ações da Companhia anteriormente detidas pela Acqio Holding Participações S.A..

b) <u>Destinação dos lucros</u>

De acordo com o Estatuto Social, o lucro líquido apurado no exercício social terá a seguinte destinação:

- i. A parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social;
- ii. A parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório; e
- iii. O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores, terá a destinação determinada pela assembleia de acionistas.

2020

13. Receitas

2021	2020
25.543	11.658
25.543	11.658
(1.731)	(431)
(1.731)	(431)
23.812	11.227
	25.543 25.543 (1.731) (1.731)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Custos e despesas por função e natureza

	2021	2020
Por função:		
Custo dos serviços prestados	(5.346)	(8.799)
Despesas com vendas	(428)	(726)
Despesas administrativas e gerais	(8.756)	(3.447)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	920	(290)
	(13.610)	(13.262)
Por natureza:		
Custos com processadora	(5.346)	(8.799)
Despesas com pessoal	(6.653)	(3.124)
Depreciação e amortização	(122)	(8)
Serviços pessoas jurídicas	(833)	(949)
Outras despesas, líquidas	(656)	(382)
·	(13.610)	(13.262)

15. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Variações cambiais	153	278
Outras receitas financeiras	13	3
	166	281
Despesas financeiras		
Variações cambiais	(96)	(90)
Juros passivos	· -	(242)
Tarifas e taxas bancárias	(259)	(590)
Perda com aplicação financeira	-	(1.305)
Encargos de antecipação de direitos creditórios	(8.727)	` -
Outras despesas financeiras	(1)	(39)
	(9.083)	(2.266)
Resultado financeiro	(8.917)	(1.985)

16. Instrumentos financeiros

a) <u>Instrumentos financeiros</u>

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, transações a receber dos emissores, fornecedores e empréstimos. Em 31 de dezembro de 2021, não havia diferença entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

A Companhia não realiza operações de *hedge*, *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os principais passivos financeiros da Companhia referemse a empréstimos, partes relacionadas, fornecedores e contas a pagar a estabelecimentos comerciais. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

A administração supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco.

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos, empréstimos com partes relacionadas, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras).

O índice de endividamento consolidado no fim do exercício é o seguinte:

	2021	2020
Empréstimos (Nota 9) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	121.335 (4.510) (6.369)	97.015 (8.501) (6.018)
Dívida líquida (a)	110.456	82.496
Total do patrimônio líquido	11.633	10.561
Total do capital (b)	122.089	93.057
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	90%	89%

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis.

Risco de fraude

A Companhia utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma evitando concentração em uma única instituição financeira. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

* * *